

Mercosul: das Origens à Crise Actual

Franklin Trein

DT 20-99

Abril 1999

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

Mercosul: das Origens à Crise Actual

por

Franklin Trein

Professor da Universidade Federal
do Rio de Janeiro (UFRJ)
e Director do Programa de Estudos Europeus da UFRJ

FICHA TÉCNICA

Título: Mercosul: das Origens à Crise Actual

Autor: Franklin Trein

Editor: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica
do Ministério da Economia

Rua José Estêvão, 83-A, 1.º-Esq.

1169-153 Lisboa

Gep@mail.telepac.pt

Concepção gráfica: Deltagraphos - Design e Publicidade, Lda.

Impressão e acabamento: Alves & David, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Edição: Lisboa, Abril 1999

ISBN: 972-8170-48-3

Depósito legal: 137 572/99

Sumário

1. Nota prévia	7
2. Origem	9
3. Estrutura	11
4. Integração económica	13
5. Integração funcional	17
6. O Mercosul e a UE	19
7. A crise	21
8. Referências bibliográficas	23
9. Documentos publicados	25

1. Nota prévia

Com este documento de trabalho, o GEPE vai procurar abrir uma nova frente de informação económica, estruturada e de qualidade, centrada no Mercosul e América Latina, através da divulgação de documentos e estudos que contribuam para um melhor conhecimento daquela área geo-económica.

Esta nossa atitude decorre de duas situações:

- parece estar a consolidar-se a tendência para um número cada vez mais significativo de empresas portuguesas investir ou reforçar o seu investimento em países da América Latina, com particular relevo no Brasil;
- em termos nacionais, esta zona geo-económica passou a ser considerada prioritária na perspectiva de internacionalização das empresas portuguesas.

Assim, por haver escassez de informação, em Portugal, sobre as economias dos países da América Latina, o GEPE decidiu, no âmbito das suas competências de departamento do Ministério da Economia vocacionado para a produção de informação de natureza estratégica, promover contactos no sentido de conseguir contributos que lhe permitam fazer adicionar e circular informação útil que proporcione um melhor conhecimento dos problemas desta zona e, desta forma, contribuir para a tomada de decisões das empresas que aí queiram investir.

Estamos a estabelecer contactos com diversas entidades e técnicos de países do Mercosul e também em Portugal com vista à obtenção de documentos que permitam, com alguma regularidade, alimentar esta nova frente de informação.

Abril, 1999

O Conselho Editorial

2. Origem

O **Tratado de Assunção**, assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em 26 de Março de 1991, iniciou um processo de integração dos países do Cone Sul do Continente Americano. O **Mercado Comum do Sul** – MERCOSUL - como foi denominado, resultou da experiência de integração que, naquela região, apresentou os melhores resultados. Se compararmos ainda os seus feitos com outros processos de integração em curso no mundo, inclusive com a União Europeia, veremos que o êxito do MERCOSUL, de facto, tem sido considerável e, dadas as condições adversas, até mesmo surpreendente.

O propósito de criação do MERCOSUL teve a sua origem num passado não muito remoto, nem por isto menos expressivo, de uma radical modificação das respectivas percepções das suas relações bilaterais e multilaterais por parte da Argentina e do Brasil. Pretensões de hegemonia regional, rivalidades históricas e animosidades permanentes deram lugar ao diálogo franco e à disposição de cooperação. Pode dizer-se que nos primeiros momentos os objectivos políticos de aproximação entre os dois países estiveram claramente à frente das modificações económicas. No entanto, agregar interesses económicos aos políticos, num processo de integração, era uma receita que já havia sido experimentada pelos europeus no final dos anos 50 através do Tratado de Roma. Assim foi feito também no caso do MERCOSUL.

A redemocratização dos dois países, ao longo da década de 80, permitiu que os presidentes José Sarney, do Brasil, e Raul Alfonsín, da Argentina, pudessem estabelecer um diálogo que significava, ao mesmo tempo, o abandono das posturas nacionalistas, que havia caracterizado o período militar, que antecedeu a ambos os governos. Imbuídos dos mesmos princípios e objectivos de aproximação e cooperação, os dois presidentes assinaram, em 11 de Novembro de 1985, a **Ata de Paz de Iguazu**, inaugurando com aquele acto

o processo de integração que iria resultar mais tarde no **Mercado Comum do Sul**.

Ainda em 1986 os dois países declararam a disposição de avançar com o projecto, propondo a formação de um mercado comum binacional. Foi assinado então, em 29 de Junho de 1986, o **Programa de Integração e Cooperação** entre a Argentina e o Brasil, ampliado, mais tarde, para um total de 24 protocolos de integração sectorial. O **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento**, firmado em 29 de Novembro de 1988, estabeleceu que o mercado comum era uma meta a ser cumprida num prazo máximo de dez anos. O **Tratado** alterava assim o modelo de integração. Ele deixava de ser sectorial para dar lugar a uma política de liberalização comercial generalizada, mediante um sistema de desagravamento tarifário automático, progressivo e linear.

A aproximação bilateral do Uruguai com a Argentina e com o Brasil já datava da década de 70. O **Convénio Argentino-Uruguai de Cooperação Económica** foi assinado em 20 de Agosto de 1974 e o **Protocolo de Expansão Comercial** com o Brasil em 12 de Junho de 1975.

A situação do Paraguai era mais sensível. No final dos anos 80 os três países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Uruguai já podiam comemorar o fim das ditaduras militares e o retorno dos governos civis, eleitos em processos democráticos. Porém, no Paraguai ainda mandava o general Alfredo Stroessner. Só após a sua queda, em 3 de Fevereiro de 1989, é que teve início um processo de aproximação daquele que seria o quarto sócio do MERCOSUL e que emprestaria a sua capital, Assunção, para assinatura do **Tratado do Mercado Comum do Sul**, assinado finalmente em Março de 1991.

O ano de 1991 foi usado quase todo para a ratificação do **Tratado de Assunção** por parte dos Parlamentos dos quatro "Estados-membro". O MERCOSUL entrou em vigor, como uma associação entre governos, no dia 29 de Novembro do mesmo ano.

3. Estrutura

O **Tratado de Assunção** é um acordo firmado entre governos que não dão origem a estruturas interestatais. Todos os seus órgãos estão submetidos às autoridades governamentais dos Estados-membro e só decidem por comum acordo. O MERCOSUL tem suas estruturas político-administrativas distribuídas em três níveis: de decisão, de execução e de consulta. O nível de decisão é formado pelo seu órgão máximo: O Conselho do Mercado Comum. Fazem parte do Conselho os ministros de relações exteriores e de economia. Pelo menos uma vez por ano o Conselho reúne-se na presença dos quatro presidentes nacionais. A presidência do Conselho é exercida por um período de seis meses, segundo a ordem alfabética do nome dos Estados-membro. São da responsabilidade exclusiva do Conselho do Mercado Comum a condução política e a tomada de decisões superiores do MERCOSUL.

O órgão executivo é denominado Grupo Mercado Comum. Ele está formado por um titular e um suplente, representando respectivamente os Ministérios de Relações Exteriores, os Ministérios da Fazenda e os Bancos Centrais de cada Estado-membro. Nas suas tarefas executivas o Grupo Mercado Comum, que tem actividade permanente, está apoiado por subgrupos de trabalho como, por exemplo, para assuntos comerciais, para normas técnicas, para política agrícola, etc., responsáveis pelas políticas macro-económicas e sectoriais das suas respectivas áreas. A Comissão de Comércio do MERCOSUL, no caso, tem sob sua responsabilidade o acompanhamento da aplicação dos instrumentos da política comercial conjunta, seja no âmbito intra-regional, seja frente a terceiros países. A Comissão está formada por técnicos representantes de cada país e é coordenada pelas autoridades dos Ministérios de Relações Exteriores.

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL tem sede permanente em Montevideo, é depositária

de todos os diplomas oficiais e cuida ainda da rotina administrativa e das articulações entre as diversas instâncias do MERCOSUL. Além do seu corpo técnico a Secretaria conta com representantes diplomáticos dos Estados-membro.

No plano consultivo actua a Comissão Parlamentar Conjunta, formada por 16 representantes parlamentares de cada Estado-membro, indicados pelos seus pares nacionais. As suas actividades intermitentes limitam-se a formulação de propostas.

Ainda como estrutura anexa, complementar, o Protocolo de Brasília, de 17 de Dezembro de 1991, criou um Sistema de Solução de Controvérsias com poder de arbitragem *ad-hoc*. Mais tarde, em 1992, foram estruturados ainda o Fórum do sector Privado do MERCOSUL e a Comissão Sindical do MERCOSUL, ambos de carácter consultivo, com a finalidade de cooperar com as actividades dos subgrupos de trabalho do Grupo Mercado Comum. O último a ser criado foi o Fórum Consultivo Económico e Social. É formado por nove membros, representando sectores privados de cada país. O seu objectivo é assessorar as demais instâncias em questões económicas e sociais, entre elas, especialmente, o Grupo Mercado Comum.

O facto dos órgãos do MERCOSUL terem um carácter inter-governamental mostra uma certa fragilidade, na medida em que as suas acções ficam muito subordinadas aos governos nacionais dos Estados-membro. Esta falta de autonomia, embora bastante presente, no entanto, não impediu que o processo de integração avançasse, surpreendendo, pelo seu ritmo, até mesmo os mais cépticos. As dificuldades encontradas não foram poucas, especialmente em decorrência da falta de autonomia nacional de cada Estado-membro na condução de suas políticas macro-económicas e também em função das desproporções das respectivas economias nacionais

entre si, em particular com relação à brasileira. A experiência mostrou, contudo, que com o diálogo político e técnico entre as partes directamente interessadas os problemas foram sempre superados de forma suficiente para permitir fazer avançar o propósito da integração.

Na verdade, o teste mais sério para a sobrevivência do projecto de formação de um mercado comum e de integração entre os países do Cone Sul começa recentemente, quando a crise da economia internacional atinge o Brasil de forma directa e a nova política cambial brasileira ameaça a balança comercial do Brasil com a Argentina, principalmente. Se as contas externas

da economia do Brasil se deteriorarem, a exemplo do que aconteceu com alguns países da Ásia, levando a uma desvalorização considerável do real e a uma recessão ainda muito mais grave do que a presente, as consequências sobre os parceiros do MERCOSUL serão inevitáveis. A tendência será então a de reacções de protecção, como a ameaça da Argentina de atrelar sua economia ao dólar completamente, o que significa o mesmo que se retirar do processo de integração. Neste momento o MERCOSUL já está congelado e ameaça recuar. Resta aguardar para ver até onde ele resistirá às tensões a que será submetido nos próximos tempos.

4. Integração económica

O Mercado Comum do Sul, nos termos da sua própria definição – mercado comum – é um objectivo a ser alcançado pelo processo de integração entre os Estados-membro. Hoje os quatro países conseguiram estabelecer entre si, completamente, apenas uma área de preferência aduaneira, onde vigoram preferências tarifárias no comércio intra-regional. A zona de livre comércio ainda é imperfeita, uma vez que não foram eliminadas todas as tarifas e restrições. O mesmo pode ser dito da pretendida união aduaneira, como etapa a ser vencida em direcção a um mercado comum. As tarifas externas comuns estão unificadas somente em parte, persistindo várias excepções. A livre circulação de serviços e factores, e até mesmo uma significativa harmonização de políticas económicas, foram propósitos já manifestados pelos representantes governamentais e discutidos entre os actores sociais, incluindo-se aí os círculos académicos.

O processo é claramente imperfeito e carece de congruência interna, o que no entanto não impediu o presidente Menem e outras autoridades argentinas de falarem várias vezes da hipótese do estabelecimento de uma moeda única para o MERCOSUL. A ideia pode parecer estranha, porém do lado brasileiro chegou-se a fazer um estudo técnico neste sentido, que aconselhou muito mais prudência do que precipitação.

Dificuldades à parte, se tivesse que medir o êxito do processo de integração do MERCOSUL pela variação ocorrida no comércio intra-regional, desde 1991, ter-se-ia de concluir que ele foi de enorme sucesso. Observou-se uma rápida abertura dos mercados intra-regionais, incluindo-se aí os Estados associados Bolívia e Chile, e também para com terceiros países. O comércio interno do MERCOSUL cresceu a um ritmo (22% anual) praticamente três vezes superior ao comércio com o resto do mundo entre 1992 e 1997 (7,3% anual)⁽¹⁾.

A consequência de um tal desenvolvimento das relações dentro do bloco foi um considerável desvio de comércio. Em 1996 o MERCOSUL foi responsável por mais de 46% do comércio total do Paraguai, mais de 42% do Uruguai, mais de 25% da Argentina e mais de 14% do Brasil. Os valores absolutos, em milhões de dólares, foram: para o Paraguai 635, para o Uruguai 1.186, para a Argentina 7.825 e para o Brasil 6.909. Outra consequência é que o Brasil converteu-se no principal mercado para os produtos argentinos, absorvendo 28% das suas exportações, enquanto a Argentina comprou 10% das exportações brasileiras.

A abertura económica dos países do MERCOSUL, acompanhada dos processos de privatização levados a cabo principalmente na Argentina e no Brasil, resultou num substancial aumento dos investimentos externos directos. Em 1996, 35% do total dos investimentos na América Latina destinaram-se ao MERCOSUL. Os sectores mais contemplados foram as telecomunicações, geração de energia, a indústria automóvel, a indústria química e a banca, tanto pública como privada. Os investimentos directos não vêm apenas de terceiros países mas igualmente dos Estados-membro e associados, como é o caso do Chile. Há uma visível preocupação dos capitais nacionais em melhorar as suas posições dentro do mercado regional. Assim, é expressivo o número de empresas da Argentina em solo brasileiro e também brasileiros na Argentina. As parcerias são frequentes e dirigem-se principalmente para o sector metalomecânico. Os *stocks* de investimentos de parte a parte, acumulados pelos dois países, permitem demonstrar uma posição de relativo destaque nas estatísticas nacionais respectivas nos últimos anos.

(1) Salvo indicações em contrário, todas as informações sobre o comércio do MERCOSUL foram tiradas das publicações do Instituto de Relações Europa – América Latina – IRELA – de Madrid, indicadas na bibliografia anexa.

Entre os investidores de fora da região os Estados Unidos lideram com uma posição destacada, tendo acumulado, 21,3 bilhões de dólares no período de 1990 a 1995, contra somente 7,9 bilhões de dólares do conjunto dos países membros da EU, no mesmo período.

Dentro da subregião sul-americana o MERCOSUL também tem procurado parcerias, até com vistas a futuros processos de integração regional ampliada, que permita fazer frente a propostas como a da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – levantadas pelos Estados Unidos.

Um exemplo, neste sentido, é o Chile. Convidado insistentemente a integrar o MERCOSUL em 1991, apesar das resistências iniciais da Argentina, o Chile preferiu não participar do bloco, alegando que as suas tarifas externas médias (11%) eram inferiores àquelas que seriam acordadas pelos Estados-membros por força do **Tratado de Assunção**. Por outro lado o Chile não faz distinção de sectores sensíveis, como ocorre no comércio externo do MERCOSUL. Entretanto, passado alguns anos e modificadas as condições internas e internacionais dos Estados-membros, ambos os lados voltaram a manifestar interesses em uma aproximação privilegiada. Em 22 de Março de 1996 o Chile e os países do MERCOSUL tornaram público que em breve firmariam um acordo, que daria aos chilenos a condição de associados ao MERCOSUL. O interesse do Chile deveu-se ao já significativo fluxo do comércio com todos os países do bloco, especialmente com a Argentina e com o Brasil. As intervenções directas dos capitais chilenos nos quatro países também já eram bastante expressivas. Por sua vez, o MERCOSUL mostrava-se interessado no mercado chileno por suas características: um PIB per capita superior à média do MERCOSUL e em valor absoluto mais de três vezes a soma do Paraguai com o Uruguai. O Chile tem ainda conhecidos vínculos com os mercados da Ásia e do Pacífico.

Processo semelhante de aproximação do MERCOSUL com um terceiro país da região havia ocorrido pouco antes com a Bolívia. Visando uma considerável redução de tarifas no comércio boliviano com os Estados-membros, que poderia chegar a 90% das exportações daquele país para

o MERCOSUL, ambas as partes firmaram um acordo de complementação económica em 7 de Dezembro de 1995. Desse modo a Bolívia passou a ser o primeiro país associado ao MERCOSUL. O objectivo maior é a concretização de uma zona de livre comércio entre as partes, a ser construída num prazo de dez anos.

As associações do Chile e da Bolívia deram bons resultados. Os demais países, que juntamente com este último formam a Comunidade Andina, também têm buscado aproximação com o MERCOSUL. Assim, Venezuela, Colômbia, Equador e Perú iniciaram um processo de contactos bilaterais e multilaterais, o qual se intensificou particularmente em 1998, resultando na assinatura, em Buenos Aires, em 18 de Abril, de um **Acordo Marco** entre aqueles quatro países e o MERCOSUL. Ele prevê o início de uma zona de livre comércio entre todos os participantes a partir de um de Janeiro do ano 2000.

A aproximação da Comunidade Andina e o MERCOSUL tem um valor simbólico muito grande. De certo modo ela significa o resgate de um objectivo de quase quarenta anos, que retoma os propósitos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC – criada em 1960, transformada mais tarde, em 1980, em Associação Latino-Americana de Integração – ALADI. O entusiasmo dos negociadores em Buenos Aires foi muito grande, pois essa aproximação deixa o subcontinente sul-americano a um passo de uma Associação de Livre Comércio da América do Sul – AMERCOSUL – para a qual, inclusive, já existe um segundo nome, ou seja, Associação de Livre Comércio Sul-Americano – ALCSA.

As reuniões realizadas em Montevideo, no segundo semestre de 1998, mostram que as posições das duas partes ainda estão bastante distantes. Já há, em princípio, uma lista comum de produtos a serem beneficiados por margens de preferências tarifárias. O governo brasileiro, no entanto, entende que as propostas feitas pelos países da comunidade Andina ainda são muito bilaterais, quando deveriam ser multilateralizadas para contemplar todos os países participantes. Os andinos, por seu lado, consideram as ofertas do MERCOSUL muito tímidas. Citam como exemplo as várias propostas de margens de preferência tari-

férias de 20%, abaixo dos 28% concedidos por antigos acordos bilaterais celebrados no âmbito do ALADI.

O ano de 1998 foi de tensões e atritos no comércio bilateral Argentina – Brasil mas também de importantes decisões para a liberalização e maior agilidade na circulação de mercadorias entre os seis países – os quatro do MERCOSUL mais a Bolívia e o Chile. Concretamente o Grupo Mercado Comum, o órgão executivo do MERCOSUL, deu início ao processo de reconhecimento da equivalência de controles de inspeção sanitária e fitossanitária do bloco. Em termos práticos isto significa a transferência da inspeção dos produtos para o país de origem, o que simplifica os trâmites alfandegários de importação. Da Argentina os principais produtos beneficiados serão a maçã e o trigo e do Brasil as carnes de suínos e de aves.

Estas medidas, altamente desejadas, não serão, no entanto, de aplicação imediata para 100% dos casos. Há implicações administrativas e técnicas a serem observadas. Em primeiro lugar é necessário chegar-se a um pleno acordo quanto ao padrão de inspeção e, a seguir, é indispensável que cada país disponha de recursos

humanos e materiais para garantir a execução das inspeções nos níveis de qualidade acordados.

Pelo lado brasileiro as medidas adoptadas apresentavam maiores dificuldades por estarem relacionadas ao código de defesa do consumidor, no caso, mais abrangente do que nos demais países. As diferenças, neste particular, foram objecto de intensas discussões ao longo do primeiro semestre de 1998. Em Setembro foi possível chegar a algumas conclusões. Entre elas destaca-se o propósito de que todo o bloco venha a adoptar em breve um único código de defesa do consumidor. Enquanto isto não acontece, algumas medidas concretas devem ser adoptadas, como por exemplo a de protecção da saúde nos locais de trabalho e no sentido de prestação de assistência médica de emergência. Também devem ser combatidas as cláusulas abusivas nos contratos e a concorrência desleal. Outro ponto acordado foi a respeito da publicidade enganosa por um lado e, por outro, sobre a necessidade de informações indispensáveis à orientação dos consumidores. Conclui-se que a adopção de um código único não só protegerá o consumidor como melhorará as condições de circulação de mercadorias nos países do bloco.

5. Integração funcional

Desde a sua origem o MERCOSUL foi marcado por uma característica, o de constituir-se um acordo intergovernamental e não admitir nenhuma instância supranacional. Era uma forma de evitar o debate em torno da questão da soberania dos Estados nacionais, tão cara à cultura histórica e política das sociedades locais em toda a região. Se os governos civis haviam podido abandonar tão rapidamente a xenofobia dos mandatários militares, nos anos 80, seria exigir mais do que o possível pretender partir imediatamente para um processo de integração que viesse a questionar, por pouco que fosse, a soberania nacional e a capacidade de decidir com absoluta autonomia sobre qualquer ordem de problemas, principalmente sobre a própria integração.

Nesse contexto o MERCOSUL nasceu e desenvolveu-se sem jamais pôr em questão um único ponto da soberania nacional dos Estados-membro. Pelo contrário, serviu muitas vezes como contraprova de que a soberania estava plenamente preservada. Quando surgiram problemas, apostou-se no diálogo e na capacidade de negociação entre as partes. Quando os problemas foram mais graves criou-se um Sistema de Solução de Controvérsias *ad-hoc* ou então indicou-se a adopção de arbitragem. A Câmara de Comércio Argentino-Brasileira lançou em Maio de 1995 o centro de Conciliação e Arbitragem, valendo-se de uma convergência que situa muito próximas as legislações argentina e brasileira nesta matéria. O objectivo foi mais uma vez o de adiar a adopção de medidas que levem à criação de um tribunal supranacional.

Juristas, especialistas em direito público, reunidos na última semana de Março de 1998, na cidade de Curitiba, no 1º Congresso da Associação de Direito Público do MERCOSUL, entenderam, no entanto, ser urgente a criação de um Código Penal único para atender as demandas judiciais das partes integrantes do bloco. Propugnaram pela criação de um Tribunal Supranacional, observando que esse "Tribunal de Justiça do MER-

COSUL" poderia ser viabilizado rapidamente, se assim estivessem de acordo os Ministérios da Justiça dos quatro países, pois, ao contrário da experiência europeia, no MERCOSUL as legislações são muito semelhantes: apoiam-se em princípios básicos comuns.

A necessidade de uma integração mais efectiva no plano institucional-funcional não se dá só no plano dos Tribunais Superiores e dos Códigos. Um bom exemplo é a situação criada pela presença de um grande número de trabalhadores assalariados em actividades em países vizinhos, já que são mais de mil empresas em territórios estrangeiros, nos quatro países, por conta do processo de integração. Isto significa que, embora sem uma legislação específica para a circulação da força de trabalho, não é possível evitar que milhares de indivíduos se encontrem em efectiva actividade fora de território pátrio, em outro país do bloco. Não há uma legislação trabalhista comum e o MERCOSUL está longe disto. Acordos parciais, fragmentados tentam ditar normas para os casos mais urgentes. Falta, no entanto, protecção efectiva à saúde, preceitos de segurança e garantias de previdência social comuns. O Fórum Consultivo Económico Social do MERCOSUL tenta fazer a sua parte recomendando que os países ratifiquem as convenções da Organização Internacional do Trabalho, pois isto já ampliaria a base da legislação comum.

O Subgrupo sobre Trabalho, representando os quatro países do MERCOSUL e mais o Chile, reuniu-se em Brasília, no dia 17 de Novembro de 1998. O SET-10, como foi chamado, preparou um documento – A Carta do Trabalhador – que foi examinado, dois dias mais tarde, pelos cinco Ministros do Trabalho, reunidos no mesmo local. A intenção foi chegar a um acordo que permitisse preservar alguns direitos já conquistados pelos trabalhadores e que estejam assegurados nas legislações nacionais dos respectivos países. A reunião de Ministros lançou também o projecto do Observatório do Trabalho, que será um centro responsável pela geração de informações sobre o

mercado de trabalho dentro do MERCOSUL e dos seus países associados. Ele deverá permitir, tanto a empresários quanto a trabalhadores, um acesso facilitado a informações sobre o mercado de trabalho na região e sobre os programas oficiais e de iniciativa sindical voltados para a formação profissional.

A preocupação com a circulação de pessoas no MERCOSUL não está dirigida somente para trabalhadores, mas também para profissionais liberais. Neste sentido, ministros e técnicos dos Ministérios da Educação dos seis países – MERCOSUL mais a Bolívia e o Chile – estiveram reunidos no final de Novembro de 1998 em Brasília para tratar da questão do reconhecimento mútuo de diplomas universitários.

Do encontro resultaram algumas decisões importantes, como a experiência que deverá começar com os cursos de agronomia, engenharia e medicina, considerados os mais importantes para o desenvolvimento da região. A primeira tarefa será o estudo de compatibilização de currículos mínimos a ser realizada por um grupo técnico formado por representantes dos seis países. O processo de abertura deverá ser cumprido num prazo de 10 anos e só estará plenamente em vigor após a concordância de todos os participantes. As condições válidas para um país deverão ser idênticas para os demais. Isto permitirá a livre circulação de profissionais liberais, dentro do bloco e dos seus países associados, não só das três áreas prioritárias mas também das demais que a elas serão acrescidas.

Os ministros reunidos decidiram ainda criar um programa de estímulo, a difusão das línguas portuguesa e espanhola. Para isto deverão apresentar, em breve, um projecto ao Banco Internacional de Desenvolvimento solicitando recursos para a formação de professores.

Se os juristas se encontram recentemente pela primeira vez, as mulheres, através do Fórum de Mulheres do Mercosul, realizaram, em Abril de 1998, o seu quarto encontro. Temas principais da reunião: preservação da paz internacional, igualdade de oportunidades em todos os sectores da sociedade, preservação dos empregos, garantias sociais. O MERCOSUL deve contribuir para o alcance desses objectivos, sem o que perderia a sua razão de ser. O MERCOSUL não é só uma

questão económica, concluiu o encontro, mas tem também objectivos políticos e sociais.

De todas as reuniões realizadas ao longo do ano de 1998 talvez a mais importante tenha sido a 14.^a Cúpula do MERCOSUL, que teve lugar em 24 de Setembro, na cidade de Ushuaia, no extremo Sul da Argentina. Ali reuniram-se além dos quatro presidentes do MERCOSUL e mais os presidentes da Bolívia e do Chile, o presidente Nelson Mandela, da África do Sul, na qualidade de convidado especial. O resultado mais significativo do encontro foi o Protocolo Democrático de Ushuaia. Por esse documento torna-se obrigatória a cláusula democrática para os países integrantes do MERCOSUL ou a ele associados. A cláusula democrática determina que fica completamente vetada a participação no bloco de um país que viole a estabilidade institucional. Para passar a vigorar plenamente, no entanto, ela necessita primeiro da aprovação dos Parlamentos nacionais de todos os seis países.

Outras decisões importantes adoptadas em Ushuaia foram relativas às compras governamentais. Ficou decidido que a partir do início de 1999 serão adoptadas as primeiras regras comuns para compras realizadas por parte dos governos. Noutros termos, abre-se à participação de todos os integrantes do bloco nas licitações para a aquisição de materiais e equipamentos. Não foi definido no entanto se essa regra será válida só para os governos federais ou ainda para os estados, províncias e municípios.

Os acordos de Ushuaia trataram ainda de outro tema relevante, e já há algum tempo na mesa dos negociadores, ou seja, a questão dos serviços. Por acerto, anteriormente havia sido estabelecido que todos os serviços devem estar liberalizados dentro de um prazo máximo de 10 anos. Agora foram apresentados e aprovados as primeiras listas unificadas. O Brasil sugeriu a liberalização imediata das áreas de farmácia e informática. O Paraguai e o Uruguai, conjuntamente, ofereceram a liberalização nos serviços de telecomunicações. A Argentina não propôs nada, sob a alegação de que o seu mercado já é o mais aberto de todos e assim acolhe todas as sugestões. Os quatro países entenderam ainda que já podem liberalizar completamente todos os serviços nos sectores de transporte e os especializados nas áreas de engenharia e arquitectura.

6. O Mercosul e a UE

O último acontecimento significativo nas relações entre o MERCOSUL e a União Europeia foi a assinatura do Acordo Quadro Inter-Regional de Cooperação, que teve lugar em Madrid, em 15 de Dezembro de 1995. Desde então as relações entre as duas regiões foram morosas, rotineiras e sem novidades políticas dignas de destaque.

Se observarmos o período compreendido entre 1990 e 1996 constatamos que as relações comerciais entre o MERCOSUL e a UE apresentam o seguinte comportamento:

Exportações do MERCOSUL com destino à União Europeia	1990	1996
	31,9%	23,4%

Importações do MERCOSUL com origem na União Europeia	1990	1996
	23,5%	29,1%

Considerando-se que os valores percentuais para os anos de 1997 e 1998 não variaram praticamente, pode dizer-se que ao longo da década a União Europeia foi o principal mercado comprador do MERCOSUL, ainda que com tendência de participação relativa decrescente. Enquanto fornecedor do MERCOSUL a Europa dos 15 também esteve em primeiro lugar, só que, no caso, com uma tendência de participação relativamente crescente.

A discrepância nas relações bregionais não está só nas tendências da participação relativas como comprador e fornecedor, nem ainda no facto de que o MERCOSUL, seja como exportador seja como importador, participar em menos de 2% do mercado comunitário. Há ainda que considerar a diferença da natureza das mercadorias que fluem e em um e outro sentido. Apenas 5% das exportações do MERCOSUL para a UE representam máquinas e equipamentos, 3% são de transporte e mais 3% são produtos químicos. O resto é composto por produtos primários, de baixo valor agregado. Por sua vez a UE exporta basicamente máquinas e

equipamentos – 40% – produtos químicos – 17% – e material de transporte – 15%.

Entre 1991 e 1995 o Comércio total entre as duas regiões teve um aumento superior a 60%. Esse crescimento, no entanto, reflectiu muito mais o incremento das vendas da Comunidade. A Europa beneficiou largamente da abertura das economias nacionais dos Estados-membro do MERCOSUL, especialmente a do Brasil e a da Argentina. Porém a recíproca não foi verdadeira. Por conta especialmente da política agrícola comum (PAC), mas também em função de outras restrições tarifárias e não tarifárias, o crescimento das exportações do MERCOSUL para a União Europeia, no mesmo período, foi de somente 4%, enquanto que no sentido contrário chegou a 155%.

O caso do Brasil nos anos de 1994 e 1995 é paradigmático. A balança comercial brasileira com os 15 países comunitários registou um saldo de US\$ 3,230 milhões em 1994. No ano seguinte, entretanto, a situação inverteu-se e o déficit do Brasil chegou a US\$ 760 milhões.

Em Junho deste ano, 1999, vai ter lugar na cidade do Rio de Janeiro a primeira Conferência bregional reunindo todos os chefes de Estado e do Governo da União Europeia, da América Latina e do Caribe. Será o encontro mais importante entre as três regiões realizado até aquela data. A agenda da reunião ainda está a ser preparada, mas já se sabe que alguns temas serão tratados e outros não. Entre os que serão tratados estão: o futuro diálogo político, que inclui os temas da democracia, dos direitos humanos, do controle do tráfego de drogas, da segurança, da integração regional, do desenvolvimento sustentável, do multilateralismo; as relações económicas e a cooperação, onde estão subentendidos os problemas do sistema comercial multilateral, do crescimento e diversificação do comércio internacional, das inversões e fluxos financeiros, dos mecanismos

para a cooperação técnica e de auxílio ao desenvolvimento; e por fim a cooperação cultural, o que significa dizer as questões da educação, da cooperação científica e técnica, das organizações não governamentais^(?). A Conferência estará, sem

dúvida, mais voltada para uma aproximação política, o que interessa às duas partes, pois no mínimo ela servirá para fazer frente à hegemonia norte-americana do mundo unipolar do pós-guerra fria.

^(?) Eurolat, n.º 23, p 7.

7. A crise

O MERCOSUL nasceu num momento particular da trajectória dos países que o integram, já que todos faziam um esforço especial de superação dos efeitos negativos dos anos 80, quando atravessaram uma crise que ficou conhecida como a década perdida da história do desenvolvimento da América Latina. As dificuldades internas eram muitas e a economia mundial apresentava um quadro pouco favorável.

A crise do México foi o primeiro grande desafio externo, superada sem consequências mais graves, ainda que, dentro do bloco, tenha tido algumas repercussões na economia argentina. Depois vieram as crises da Ásia e da Rússia. As ameaças sobre as economias do MERCOSUL ficaram então evidentes, em particular sobre a economia brasileira, pelas suas dimensões, sua abertura e sua exposição, face ao desequilíbrio das suas contas internas e externas.

A continuidade do processo de integração dependeu sempre, e continua dependendo, de um patamar mínimo de convergência entre as economias do Brasil e da Argentina, responsáveis por mais de 95% da soma do PIB dos quatro países.

Por fim a crise chegou à região. Neste momento – Janeiro de 1999 – a economia brasileira já abandonou o controle do câmbio do real frente ao dólar, que era uma das âncoras do plano nacional de estabilização económica. A primeira consequência interna ao MERCOSUL é a modificação dos termos da balança comercial entre o Brasil e a Argentina. As consequências, nesta matéria, podem ser desastrosas para o bloco e ainda para os países associados ao MERCOSUL, Bolívia e Chile. Fala-se já em revisão dos termos do comércio bilateral, e a Argentina, pela voz do seu presidente, acrescenta mais um elemento conturbador, que seria a adopção do dólar americano como moeda nacional, de forma a proteger a sua economia dos ataques especulativos internacionais.

Noutras palavras, não há dúvidas que a crise brasileira significa um duro golpe para MERCOSUL, tão grave que poderá até comprometê-lo definitivamente. O lamentável, se isto acontecer, é que os países da região estarão a abandonar, assim, não um simples projecto de construção de uma zona de união aduaneira e de livre comércio mas de integração política, de paz nas suas fronteiras e de desenvolvimento de sociedades democráticas.

MERCOSUL em números				
	Uruguai	Paraguai	Argentina	Brasil
PIB (U\$S milhões)	19 959	10 029	320 000	769 000
PIB per capita (Em U\$S)	6 231	1 634	10 000	4 900
Inflação (12 meses até nov.)	15,2%	6,2%	0,3%	8,1%
Salário Mínimo (em US\$)	95	250	150	112
IVA*	23%	10%	21%	0%
Dívida Externa (U\$S milhões)	5 250	1 475	108 000	188 200

(*) Imposto sobre valor agregado

Dados de 1997

Intercâmbio comercial (Em milhões de US\$)				
	Uruguai	Paraguai	Argentina	Brasil
Exportações ao MERCOSUL	1 355	573	8 996	9 043
Total de Exportações	2 730	1 196	25 359	52 986
Total de importações	3 716	3 149	30 252	65 075
Saldo Comercial	-986	-1 953	-4 893	-12 089

Dados de 1997

O comércio dentro do bloco (Em milhões de US\$, 1997)				
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Argentina	-	7 752	558	688
Brasil	6 767	-	1 406	870
Paraguai	106	443	-	24
Uruguai	354	940	61	-
Total	7 227	9 135	2 023	1 582

Dados de 1997

8. Referências bibliográficas

1. Barbosa, R.A, "Comércio e negócios entre Brasil, Mercosul e União Europeia", in: Revista Brasileira de Comércio Exterior, Dezembro de 1996, FUNCEX, Rio de Janeiro, RJ
2. Eurolat, Carta Informativa, no 23, Octubre-Noviembre, 1998, Celare, Santiago
3. Fernández, R, Gonzáles, G., "La coordinación de políticas macroeconômicas y el Mercosur" in: Contribuciones, 4/1996, CIEDLA, Buenos Aires, p.93.
4. González, F., Reza, F., "Tendencias actuales en las relaciones de la Unión Europea y América Latina", Documentos de Trabajo, Febrero de 1995, CELARE, Buenos Aires
5. IRELA, "En Mercosur y la Comunidad Europea: Una guía para la investigación", Documento de Trabajo n.º 37, 1993, Madrid
6. IRELA, "La Unión Europea en transición y sus implicaciones pa América Latina", Documento de Trabajo, n.º 39, 1994, Madrid
7. IRELA, "La comperación europea hacia América Latina en los 90: una relevância en transición", Dossier n.º 51, Diciembre 1994, Madrid
8. IRELA, "La nueva Europa y su impacto en América Latina", Dossier ° 53, Marzo 1995, Madrid
9. IRELA, "La Unión Europea y el Mercosur: Hacia una Nueva relación económica?" Documento de Base, Junio 1996, Madrid
10. IRELA, "El Mercosur : Perspectivas de un bloque emergente", Dossier n° 61, Agosto 1997, Madrid
11. IRELA, "La Unión Europea y el Grupo de Rio: La Agenda Liregional", Documento de Base, Febrero 1998, Madrid
12. IRELA, "América Latina y Europa más allá del año 2000", Dossier n° 65, Septiembre 1998, Madrid
13. Markwald, R., "Os fluxos do comércio entre Mercosul e União Europeia", in: Revista Brasileira de Comércio Exterior, Março 1997, FUNCEX, Rio de Janeiro, R J
14. Senado de Buenos Aires, "El desafío del Mercosur", La Plata, Mayo de 1996.

9. Documentos publicados

- DT 1 **Política de Concorrência e Política Industrial**
Nov. 96 *António Nogueira Leite* - (Esgotado)
- DT 2 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**
Dez. 96 *Paulino Teixeira* - (Esgotado)
- DT 3 **Ética e Economia**
Jan. 97 *António Castro Guerra* - (Esgotado)
- DT 4 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**
Mar. 97 *Adelino Furtado* - (Esgotado)
- DT 5 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**
Maio 97 *António Brandão, Alberto Castro e Helder de Vasconcelos* - (Esgotado)
- DT 6 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma Visão Prospectiva**
Jun. 97 *João Abel de Freitas*
- DT 7 **O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu**
Jul. 97 *Teresinha Duarte*
- DT 8 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**
Out. 97 *Vitor Santos*
- DT 9 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua competitividade e sustentabilidade**
Nov. 97 *António Trindade*
- DT 10 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias**
Jan. 98 *Maria Eugénia Pina Gomes*
Mário Lobo
- DT 11 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**
Mar. 98 *Teresinha Duarte*
- DT 12 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**
Maio 98 *António Castro Guerra*
- DT 13 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**
Maio 98 *João Abel de Freitas*
- DT 14 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**
Jun. 98 *José Diogo Costa*
- DT 15 **Turismo, o espaço e a economia**
Jul.98 *João Albino Silva*

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes
de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**
Dez. 98 *Catarina Selada, Teresa Rolo, José Rui Felizardo, Luís Palma Féria*
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**
Jan. 99 *João Abel de Freitas, Sérgio Figueiredo, Vitor Santos*
- DT 18 **Consumo, Publicidade e Vendas Agressivas**
Jan. 99 *Ana Luísa Geraldés*
- DT 19 **A História do Sector Automóvel em Portugal (1895-1995)**
Fev. 99 *Luís Palma Féria*
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**
Abr. 99 *Franklin Trein*